

SEGURANÇA PÚBLICA



O presidente Bolsonaro assinou no mês de maio um decreto que libera posse e porte de armas para mais de dezenove categorias. A medida surpreendeu entidades especializadas no tema de segurança pública. Quinze dias depois, ele recuou em alguns pontos e assinou outro decreto. A perspectiva, no entanto, não mudou: mais mortes e violência no país.

Decreto de armas e a violência no país

O governo Bolsonaro publicou em 8 de maio um decreto que flexibiliza o porte de armas de fogo. O decreto foi assinado no dia anterior e teve como imagem ilustrativa do evento vários homens fazendo arminhas com as mãos e sorrindo.

O texto do decreto surpreendeu analistas por estar bem mais abrangente que o previsto: além de liberar a circulação de armas para os atiradores desportistas, conhecidos como CAC's (Caçador, Atirador, Colecionador), o decreto também:

- autoriza o porte para várias categorias profissionais como políticos eleitos (de vereadores a presidente da República), caminhoneiros, advogados, jornalistas, agentes públicos e privados da área de segurança (incluindo do sistema socioeducativo) e conselheiro tutelar;
- autoriza o porte de armas para quem reside em área rural;
- centuplica a quantidade de munição autorizada, de cinquenta cartuchos por ano para cinco mil ar-

mas comum e mil para armas de uso restrito;

- autoriza o uso de armas de calibres maiores, antes permitido somente para as forças armadas;
- autoriza que crianças e adolescentes pratiquem tiro em clubes com o aval de responsável;
- autoriza importação de armas – hoje, no Brasil, a maior parte da produção é nacional, da Empresa Taurus.

No dia 22, o Planalto publicou outro decreto, alterando o primeiro. Em nota, o Palácio do Planalto explicou que um dos atos foi editado “com o objetivo de sanar erros meramente formais identificados na publicação original, como numeração duplicada de dispositivos, erros de pontuação, entre outros”.

Os principais pontos alterados

Foram alterados cerca de vinte pontos do decreto

de quinze dias antes. Os principais são:

- menores só poderão praticar tiro esportivo a partir dos quatorze anos e com a autorização dos dois responsáveis. O decreto anterior não estipulava idade mínima e exigia autorização de apenas um dos responsáveis;
- o texto original do decreto deixava a critério do Ministério da Justiça e Segurança Pública definir as regras para armas em voos. Este ponto abria uma brecha para que certas categorias pudessem portar armamentos dentro do avião, algo até então vedado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- agora a resolução da agência, mais restritiva e em acordo com a legislação internacional sobre o tema, continuará valendo;
- o veto ao porte de fuzis, carabinas, espingardas ou armas ao cidadão comum.

Este último ponto merece mais reflexão: a Forjas Taurus, que produz o fuzil T4, chegou a informar que já havia uma fila de duas mil pessoas para adquirir o armamento. A empresa, que praticamente detém o monopólio da fabricação e comércio de armas no país, desponta como a grande beneficiária das mudanças propostas por Bolsonaro. Isso porque ao ampliar a possibilidade de porte e posse de armas amplia-se drasticamente o mercado. As ações preferenciais da empresa fecharam com alta de 5,85% após o primeiro anúncio sobre a possibilidade de porte dos fuzis da marca. Quando Bolsonaro assinou o decreto, em 8 de maio, os papéis da Taurus subiram 23,5%. Com o recuo do presidente elas passaram a operar em baixa, mas no curto e médio prazo o cenário que se desenha para a empresa é positivo.

Os efeitos de armar a população

Segundo estudo do Júlio Jacobo (sociólogo responsável pelo Mapa da Violência do Brasil), o Estatuto do Desarmamento de 2003 salvou mais de 160 mil vidas.

Ao contrário do que argumentam defensores da medida, a liberação de armas não intimida o crime organizado. Pelo contrário, facilita a compra de armas: trazer um fuzil do Paraguai custa ao crime trinta mil reais. A Taurus vende o T4 por cerca de

oito mil reais. O crime organizado inclui as facções criminosas (Primeiro Comando da Capital, Comando Vermelho, entre outros), mas também as milícias. Foram encontrados 116 fuzis em uma casa vizinha à de Jair Bolsonaro na ocasião da investigação do assassinato de Marielle Franco. Ou seja, a liberação destas armas, de certa forma, teria o efeito também de “legalizar” as milícias.

Além disso, as polícias passaram a lidar com a constante certeza de que suspeitos podem, sim, estar armados, e acabam agindo de maneira mais ostensiva. Conclusão: aumento da letalidade policial num cenário já negativo que se estabelece no país. Foram 6.160 mortes cometidas por policiais na ativa em 2018, contra 5.225 em 2017, segundo levantamento feito pelo portal G1 – em sua maioria homens, negros, jovens nas periferias do país. E isso sem contar com as mortes provocadas por grupos de extermínio (normalmente, agentes públicos de segurança fora do horário de serviço), cujos dados não são contabilizados.

A questão é que esse quadro tem potencial também para aumentar a vitimização policial. Ora, o crime mais bem armado, em um cenário de guerra, não é vantajoso sequer para os agentes do Estado. Além das mortes – que neste semestre tiveram ligeira queda – os índices de depressão e suicídio entre os agentes de segurança pública são alarmantes.

Desdobramentos institucionais

Nem Bolsonaro nem Moro conseguem defender a medida: ambos deram declarações públicas que o decreto nada tem a ver com combate à criminalidade. “Não tem a ver com a segurança pública. Foi uma decisão tomada pelo presidente em atendimento ao resultado das eleições”, disse Moro à imprensa.

Mais do que a liberação de armas de fogo, o Brasil precisa de políticas públicas de combate à criminalidade e redução de homicídios, o que a flexibilização do porte de armas não ajuda.

Parlamentares, entidades especialistas e juristas se mobilizam para barrar a medida: PT e PSOL apresentaram projetos de decreto legislativo para revogar o texto do Executivo no Senado e na Câmara. A Bancada Evangélica – importante base de sus-

tentação do governo - também ensaia o mesmo movimento. A Rede recorreu ao Supremo Tribunal Federal denunciando a ilegalidade da medida. Consultoria do Senado também declarou na última semana que os decretos de armas são ilegais. Isso porque ambos os textos contrariam o Estatuto do Desarmamento (lei aprovada pelo Congresso), em vez de apenas regulamentá-lo - que é a função de um decreto do Executivo.

O ministro Onyx Lorenzoni foi convocado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para responder sobre o decreto que flexibiliza o porte de armas assinado por Bolsonaro.

Enquanto isso, o Brasil segue em crise. Acumulam-se mortes e condutas ilícitas por parte do Estado. Aumenta a letalidade policial. O Supremo Tribunal Militar mandou soltar militares que fuzilaram com oitenta tiros e mataram músico no Rio de Janeiro em abril. Manaus tem quase sessenta detentos mortos na última onda de violência nos presídios no estado. Presos foram encontrados asfixiados. Em 2017, rebeliões deixaram 126 detentos mortos no Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte, resultado da guerra das facções que o Estado não consegue conter.